

# MICROSCÓPIO

Eleições livres e honestas prometeu o illustre sr. Secretario do Interior, ao chegar do Rio, onde deve ter ido receber instruções do governo central. E' a sua uma afirmação categorica, que a todos rejubilará. Ninguém pede senão justamente isso: eleições livres e honestas.

O mal é, porem, que as palavras são elasticas: retraem-se ou distendem-se ao sabor das conveniencias humanas. Sendo assim, que se deverá entender por eleições honestas?

Hão-de convir todos que, antes de mais nada, são eleições sem aquelas grosseiras fraudes, graças às quais mingam os votos da opposição até desaparecer de todo e se multiplicam milagrosamente os do governo, como os pães do Evangelho.

Bastará isto para que se possam dizer honestas as eleições? Não, porque a desonestidade conhece muitas e tortuosas vias.

Assim, se é de eleições legislativas que se trata, poderão considerar-se rigorosamente honestas em face dos principios universalmente assentados, as que, em vez de dar à opposição o numero de lugares correspondentes à sua força, lhe atribuem apenas um decimo da representação, ainda no caso de contar ela com quase a metade do eleitorado? Claro é que não, por equivaler tal sistema a subtrair previa e sistematicamente maior ou menor parte do eleitorado opposicionista e transferi-la simplesmente ao governo.

Portanto, suposto seja tal como se annunciou o sistema eleitoral adotado (um decimo dos lugares para a minoria e nove decimos para a maioria) poderá o pleito propriamente dito correr lisamente, sem fraudes nem violencias, como acredito succederá no Rio Grande, e nem por isto se poderá considerar honesta a eleição, porque a desonestidade, a grande desonestidade terá sido perpetrada previamente e em grande escala, por via legislativa em vez de executiva.

Impõe-se, portanto, a conclusão: entre as condições de uma eleição verdadeiramente honesta deve contar-se a representação proporcional, ou um sistema que se lhe aproxime, como o voto cumulativo.